



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS E MOVIMENTO SOCIAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tatiana Santos Borba

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação e
Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia – PPGEduc / UNEB

tsantosborba@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma leitura da economia solidária e corroborar sobre a importância da metodologia de incubação proposta pelas incubadoras universitárias e a educação popular, para a capacitação dos empreendimentos associativos solidários no âmbito da economia solidária, haja vista que a economia solidária vem se caracterizando pelo comprometimento entre os atores sociais na construção coletiva de processos de produção que lhes garanta subsistência e dignidade. Essa modalidade de economia preconiza o caráter popular, por se pautar por uma ética para homens e mulheres de todo o mundo que vislumbram uma sociedade mais justa para o ser humano. Esta outra forma de economia é crescente na nossa sociedade por ser um modelo de enfrentamento ao capitalismo selvagem e excludente, por parte dos movimentos sociais populares.

PALAVRAS CHAVES: economia solidaria incubadoras universitárias e incubação.

INTRODUÇÃO

O processo de mundialização do capital e a flexibilização das relações entre capital e trabalho fomentam uma nova forma de divisão social do trabalho, que inclui e exclui na perspectiva do lucro; ignora a diversidade cultural; e, a realidade das comunidades locais se estabelece como nova ordem produtiva na sociedade capitalista. O aumento e acirramento da competitividade ampliaram a demanda pelo conhecimento e informação, assim como pela qualidade e tipo de educação oferecida à classe trabalhadora. Surge então, como oportunidade de enfrentamento ao modelo hegemônico e excludente do capitalismo, a Economia Solidária.

Como pondera Kraychete *apud* Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e



práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar.

É válido pensarmos, também na Economia Solidária como modo de produção que se adaptam a produções atípicas, onde se tem a posse da terra e do processo produtivo, como é o modelo praticado na agricultura familiar. De acordo com Malassise (2007), a economia solidária parece ser uma alternativa para a institucionalização da democracia nos ambientes de trabalho, onde os indivíduos são importantes não só para produzir mais e dar mais lucro, mas são vistos como seres humanos. Assim, as decisões compartilhadas e o crescimento de forma integral, diminuem a alienação no trabalho.

A economia solidária indica uma interface com a definição do desenvolvimento sustentável que parece caber diversos significados, pois é tratado como sinônimo de sociedade racional, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de utopias românticas; tudo nele parece pertencer. O que abrange ainda a satisfação das necessidades do presente, o atendimento das necessidades dos pobres e manutenção da capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades, principalmente nos quesitos sociais - que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres, econômicos, cultural e espacial.

Para PINHEIRO *apud* GAIVIZZO, (2010) no Brasil o desenvolvimento da economia solidária é resultado da sinergia entre dois processos históricos, um econômico e um social. O primeiro refere-se à reestruturação produtiva em conjunto com a reforma de Estado e as conseqüentes alterações no mercado de trabalho, já que tiveram como conseqüência o surgimento de um excedente de trabalhadores que se juntou aos tradicionalmente excluídos. O segundo processo – social - refere-se a experiências acumuladas por atores sociais no campo da organização popular, tais como movimentos sociais, organizações não-governamentais, partidos políticos, universidades e setores vinculados a Igreja católica. Assim sendo, o desenvolvimento dessa forma de organização socioeconômica aparece também como resposta dos setores organizados da sociedade aos impactos das transformações econômicas e sociais para a esfera do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

trabalho e suas repercussões para pior das condições de grande parcela da população brasileira.

Num plano mais imediato, o enfrentamento de muitas das atuais dificuldades das organizações econômicas populares pressupõe um trabalho educativo mais permanente junto às mesmas, voltado para a construção de um conhecimento, por parte dos seus integrantes, sobre as condições necessárias de sustentabilidade e gestão destas organizações. Isto requer o desenvolvimento e a amplificação de conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreendimentos da economia solidária e popular, para que se transforme num saber coletivo. É evidente que isto implica num esforço em larga escala que permita ir além da ação pontual e localizada, que vem sendo atualmente desenvolvida por algumas instituições de apoio e assessoria.

AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Diante desse cenário a economia solidária basicamente demonstra que a alienação no trabalho, que é característica da empresa nos moldes capitalista, não é absolutamente preciso. A heterogestão é justificada como eficiente a partir da visão de que alguns são mais capazes do que outros. A meritocracia aparente justifica o poder de decisão estar concentrado no dono, governos e organismos meritocráticos enfatizam talento, educação formal e competência, em lugar de diferenças existentes, tais como classe social, etnia, ou sexo.

O capitalista, empodera os seus gerentes, enquanto a grande maioria é destituída de qualquer poder de decisão e mesmo de conhecimento sobre o conjunto. Podemos então concluir que: se o capitalista e seus gerentes têm mais poder, é porque o conquistaram e assim demonstraram ter mais capacidade. A maioria é destituída de poder porque deve ter menos capacidade. Esse raciocínio se sustenta no pressuposto de que numa economia de livre mercado os ganhadores na competição "tem" que ser os melhores, exatamente porque o mercado é livre, aberto a todos desde que tenham capital. Se muitos estão excluídos do mercado porque não tem capital, isso apenas confirmaria que eles são menos capazes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As pessoas podem passar a vida inteira cumprindo as mesmas tarefas, numa relação de “*tempos e movimentos*” o que é profundamente alienante do ponto de vista do desenvolvimento humano. Para Singer:

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. (SINGER: 2002 p.04)

O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção. Trabalhadores educados no capitalismo têm cada vez mais oportunidade de passar à economia popular e solidária e trazem consigo a esta nova proposta o saber tácito apreendido nas rotinas da empresa capitalista. É possível, por exemplo, com empreendimentos que pedem falência, entram em crise e os trabalhadores coletivamente os assumem organizados em cooperativas.

Esse tipo de mudança representa a concretização das novas relações trabalhistas, onde, o trabalhador tem a responsabilidade coletiva pela nova empresa: se ela por algum motivo não ganha, eles também não ganham e neste novo grau de comprometimento é que são alicerçadas as relações solidárias. Passando assim, de simples operário para dono e força produtiva do seu próprio empreendimento, mas também os prejuízos são compartilhados. Esta nova modalidade empresarial de base coletiva é bastante estranha no início, porque se faz necessária uma mudança organizacional, nos hábitos e na cultura organizacional como um todo que é uma experiência libertadora.

Já na economia solidária, o ambiente fértil em experiências de organização coletiva se inicia no âmbito das atividades laborais e se estendem, gradativamente, para outros ambientes da vida em sociedade. São iniciativas que surgem inicialmente da necessidade das pessoas em garantir a sobrevivência diária, mas aos poucos exercem uma transformação cultural social, nas relações entre os trabalhadores que vivenciam estas experiências.

Bastante diversa, seja em setores e ramos de produção ou mesmo no que tange a dimensão econômica de seus empreendimentos. É muito forte no movimento da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

economia solidária dos pequenos grupos de produção, muitos dos quais assumem o formato jurídico de cooperativas, associações ou tem origem na própria ação de grupos de pessoas informais, como saídas individuais contra o desemprego, trata-se ainda, de um universo de iniciativas bastante heterogêneas de base popular.

Com poucas exceções o membro de Empreendimento de Economia Solidaria - EES têm baixa escolaridade, pouca ou nenhuma experiência no mercado formal e são oriundos de bairros populares e da agricultura familiar ou de empresas falimentares por terem passado a vida, produtiva, presos a cultura da heterogestão. Não obstante o conhecimento tácito que estes trabalhadores tenham do processo produtivo em si, a baixa escolaridade compromete o processo de formação gerencial, que tende a ser mais longo e penoso. O baixo domínio da língua e das operações básicas da matemática impõe que se utilizem também técnicas não letradas (comunicação oral, jogos, teatro, dinâmicas de grupo diversas, etc.) na formação.

Esta baixa escolaridade implica em dificuldades para a realização do estudo de viabilidade econômica, de cálculo do ponto de equilíbrio e da gerência cotidiana do empreendimento, assim como se reflete na grande resistência dos cooperados em relação aos controles financeiros e administrativos que se busca implantar no processo de empoderamento dos empreendedores. Assim, é importante que se associe à Incubação a facilitação do acesso à escolaridade básica, através do retorno à escola ou de algum tipo de formação complementar.

Alguns desafios referem-se à formação sobre a cultura de auto-gestão do trabalhador e à cultura e história específica do grupo e passa pelo envolvimento total com o trabalho, tanto no sentido técnico da execução de uma tarefa, como na gestão da organização (políticas financeiras, comerciais e administrativas); e crítica, na superação de uma formação autoritária e burocrática inculcada pelo meio social em sentido amplo (familiar, escolar, profissional, político, etc.). Outra importante questão diz respeito à necessidade de saber administrar. A autogestão é um processo longo e complexo que articula a sobrevivência no mercado com o aperfeiçoamento organizacional e pessoal de forma continuada. Em síntese, depende de um aprendizado permanente sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo de atividade do empreendimento, assim, como do desenvolvimento de novas formas participativas e de tomada coletiva de decisões (Eddie e Gallo *apud* Vieitez, 1997, p. 16).

Apesar de ganhar expressiva força na atualidade, este modo de produção ainda não pode ser considerado uma força produtiva social e nem uma pequena potência



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

econômica para disputar lugar num mercado capitalista e altamente competitivo em decorrência da própria debilidade social dos EES. Este fato caracteriza a extrema necessidade de regulação e incentivos fiscais, conhecido como “*tratamento desigual para os desiguais*”, das políticas públicas que permitam a estabilidade de uma nova modalidade da economia em escala nacional, estadual e local, tornando os atores deste movimento em sujeitos de direitos com direito a ações reparadoras dentro de uma política governamental.

Estas dificuldades muitas vezes levam os EES a um estado de colapso ou de falência, fatores que devem ser considerados com bastante cautela e exigem uma intervenção do Estado como braço auxiliador e estruturador de políticas públicas, e não mais como simples amortecedor das pressões sociais, dessa outra economia, fragilizada, mas que fomenta um processo de inclusão dos cidadãos que ainda se encontra marginalizado do sistema convencional do capitalismo.

O sociólogo Boaventura de Souza Santos (2002), afirma que o mercado promove um dos seus valores centrais, a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados. Face à comprovada inviabilidade e indesejabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado.

A exclusão dos Empreendimentos de Economia Solidária - EES não se dá apenas nas questões econômicas e emancipatórias, eles são excluídos do crédito oficial por falta de garantias reais exigidas pelo sistema financeiro convencional, excluídos do saneamento básico, do bem público também convencional e historicamente assistencialista, da formalidade jurídica dos seus empreendimentos por motivos de ignorar os trâmites burocráticos, das dificuldades gerenciais e de comercialização. Para o prof. Gabriel Kraychete:

Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos populares se constrói no cruzamento de diferentes vetores de transformação, externos e internos aos grupos. O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

economia. Nestes termos, a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social. (Kraychete, 2007, p. 09)

O êxito que algumas experiências vêm obtendo mostra que é possível exercer uma atividade produtiva sob uma nova concepção, a de deter e gerir coletivamente os meios de produção, para tanto, o empreendedor da economia solidária, que muitas vezes nunca teve antes um emprego formal, tem que aprender todos os processos, e os processos dos processos, do ambiente de trabalho. Além disto, tem compromissos outros que não precisam ser cumpridos pelo trabalhador comum: participar de assembléias e reuniões (muitas vezes fora do horário de trabalho), preocupar-se e comprometer-se enfim com a condução do empreendimento. Tudo isto sem ter garantia, pelo menos no início, os benefícios básicos dos outros trabalhadores, evidencia a capacitação para ações produtivas cooperadas.

AS INCUBADORAS

A criação e o fomento às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários têm como objetivo melhorar as condições dos EESs, por meio da transferência de tecnologia social em gestão e produção, além de desenvolver ações sociais e políticas com os coletivos solidários. Esse processo fundamentado em uma metodologia de trabalho, que toma por referência a educação popular e valoriza a cooperação e a autogestão, busca oferecer e construir conjuntamente ferramentas para que os empreendimentos tornem-se sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais, políticos e de gestão.

No Brasil, o movimento das incubadoras universitárias teve início a partir do movimento das incubadoras de empresas na década de 1980, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e adesão de agências como a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Organização dos Estados Americanos – OEA no plano supranacional. Estudos apoiados por essas agências levaram à constituição, em 1987, da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada – ANPROTEC, cujo objetivo tem sido a articulação com organismos governamentais e não-governamentais, visando o



desenvolvimento de Incubadoras e Parques Tecnológicos no País; e este movimento esteve ligado à existência de um vácuo institucional que promovesse a relação entre o ambiente acadêmico e o setor empresarial. Estas ações põem a universidade como provedora gratuita de conhecimento para passar a ser um ator dentro deste processo de formação dos trabalhadores.

Em 1992, observa-se outro movimento que tem como agentes a população aliada às universidades, que criaram arranjos institucionais que deram origem às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP, que estiveram muito ligados a fatores sócio-econômicos e políticos desse período. Este projeto foi inspirado pelo movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, liderado pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, que lançou uma semente no pensamento solidário. A consciência de que a ação de distribuir alimentos teria que ser ampliada com iniciativas visando gerar trabalho e renda fez com que professores da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz em parceria com a Universidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, criassem uma cooperativa popular, formada por moradores da região da Maré – RJ, que pudesse prestar serviços para a própria Fiocruz, surgindo dessa forma a Cooperativa de Manguinhos. A experiência bem-sucedida passou a dar frutos em 1995 com UFRJ, no Programas de Pós graduação de engenharia, onde iniciaram um trabalho mais direto com comunidades das favelas interessadas na formação de cooperativas de trabalho, com o intuito de dirimir a exclusão social no País e se configura numa tentativa “de utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria desse novo mercado de trabalho.

Diante das demandas acima citadas, as universidades passam a atuar de maneira mais ativa, concretizando atividades de extensão na comunidade local, visando o desenvolvimento local e nacional, através das incubadoras de empresas, voltadas para um público que demanda o uso de tecnologia simples, como as sociais, e das incubadoras universitárias para a o melhoramento das técnicas utilizadas e a reaplicação das experiências.

Porém, é importante salientar o sentimento de imediatismo na obtenção de resultados que se apresenta nos grupos como condição para a continuidade do acompanhamento e, principalmente a necessidade nas entidades de apoio da compreensão de tais dificuldades e anseios dos grupos. Esse cenário estabelece por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

vezes um distanciamento entre o discurso científico construído na academia e a necessidade prática observada no trabalho de campo. Segundo Freire (2005) as qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos – este esforço de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é uma dessas virtudes que denominamos coerência. A coerência na adequação do discurso destas assessorias ou incubadoras para a realidade dos empreendimentos é o maior desafio das entidades de assessoramento e consiste em dar oportunidade aos empreendimentos de assumirem-se como sujeitos, agentes que devem interagir no processo de aprendizagem e não reconhecê-los apenas como objeto de aplicação de experiências para o desenvolvimento solidário, que é o desenvolvimento da comunidade como um todo, não de alguns indivíduos apenas e, por isso, ele não pode ser alcançado somente pela atração de algum investimento externo à comunidade.

A forma de incubação mais utilizada está na proposta composta por três etapas: a Pré-incubação, a incubação propriamente dita e a desincubação, onde o tempo previsto gira em torno de 02 a 03 anos, voltado para a práxis da extensão universitária, isto é, para promover a interação direta entre universidade e comunidade, através da troca de saberes, na medida em que sistematiza e (re) elabora o conhecimento tanto acadêmico quanto popular concretizando a troca mútua de conhecimentos e experiências diferenciadas entre cooperados e alunos no trabalho conjunto para a construção da emancipação das cooperativas.

Na **pré-incubação**, a “porta de entrada” do processo educativo de incubação deve ser através de um diagnóstico participativo, um questionário que proporciona a investigação social do empreendimento, ou seja, uma anamnesi do grupo e da localidade. A etapa de **Incubação** inicia-se a partir do plano de incubação – aprovado conjuntamente pela Equipe e pelos empreendedores/associados. Nesse momento são estabelecidas rotinas de assessorias conjuntas com o coletivo do empreendimento e a equipe da assessoria onde a troca de saberes é o fator “chave” para a estrutura da capacitação gerencial oferecida aos empreendimentos com a proposta de alcançar a sustentabilidade da atividade produtiva. A fase de **desincubação**, a assessoria vai se desligando gradativamente da cooperativa e realiza atividades periódicas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(aproximadamente 6 meses, podendo variar para mais ou para menos tempo) de acompanhamento e avaliação dos resultados da assessoria.

A CONSTRUÇÃO DOS SABERES

A metodologia de aprendizagem deve ser vivencial, pois, ensinar exige curiosidade e não autoridade ou paternalismo, que são processos que inibem e impedem o exercício da curiosidade dos empreendedores. Através de dinâmicas estruturadas, do ciclo de aprendizagem, do enfoque participativo para o trabalho com os grupos, por motivo de desmistificar a forma convencional de aprendizagem em sala de aula e se inserir uma contexto de troca de saberes, para tanto e correto “desacademicisar” a linguagem utilizada e “*aprender fazendo*” permitindo assim o empoderamento do conhecimento preciso dos empreendedores. Trata-se de um processo de capacitação e aprendizagem sistematizado, contínuo e acumulativo, entendido como uma trajetória a ser percorrida com liberdade, transparência, respeito e responsabilidade, onde os atores envolvidos vencem etapas na busca dos objetivos traçados.

Para serem exitosas essas iniciativas necessitam trilhar um caminho ainda muito longo até a sua autonomia sustentável, esses desafios variam desde a quebra dos paradigmas das “predatórias” relações de trabalho do mundo capitalista até a dificuldade de manter o processo produtivo e o escoamento da produção, pois tudo começa da associação de pessoas, na maioria das vezes unidas pelo desemprego e não pela oportunidade de união de forças produtivas. Seguindo os ensinamentos de Paulo Freire, concluímos que os empreendimentos seguem a seguinte lógica:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis [] É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. (FREIRE, 2005, p. 29)



Esse modo pelo qual, as pessoas se associam, deixa evidente a necessidade de uma incubadora, que é a definição do tempo de aprendizagem de um EES com a reta guarda de uma Universidade, por exemplo, não perdendo o foco a curva de aprendizagem de cada EES.

A forma de capacitação para a geração de trabalho e renda dessas incubadoras representa um desafio para a sua equipe, pois os grupos que são assessorados não se encontram num mesmo patamar de organização política, social, jurídico e produtivo e para tanto se faz necessário uma metodologia que se adéque a cada perfil de empreendimento bem como o tempo da assessoria junto a estes.

A construção do processo de aprendizagem empreendimento *versus* Incubadoras devem aliar teoria e prática, pois a utilização de apenas uma dessas ferramentas não é efetiva diante a dificuldade dos atores envolvidos no processo, em função do estigma de não detenção do conhecimento e inferioridade frente aos novos participante do processo produtivo, daí surge à necessidade de criar metodologias distintas para a capacitação. Para Tiriba (2006), Os processos educativos / formativos têm como princípio e, ao mesmo tempo como horizonte, os valores e práticas da Economia Solidária – economia esta que existe não apenas como projeto de novas relações econômicas e sociais, mas também como realidade construída e reconstruída, cotidianamente, pelos sujeitos que a constituem - inspirados na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção da vida, o ponto de partida dos processos educativos / formativos é a ação solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições de gênero, etnia, religiosidade ou cor de pele.

Os processos formativos dos grupos de economia solidária são processos contínuos e sistemáticos que implicam momentos de reflexão e estudo sobre a prática do grupo ou da organização; é o confronto da prática sistematizada com elementos de interpretação e informação que permitam levar tal prática consciente a novos caminhos da compreensão. A educação em economia solidária implica na construção de novas relações entre as pessoas e, também, entre elas e a natureza (nas quais as pessoas são partes integrantes). Estimulando processos de trabalho e práticas socioambientais que respeitam e preserva o meio ambiente, assim como a comunidade na qual está inserida,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

as práticas educativas buscam o reencontro dos seres humanos consigo mesmo, com o planeta e com o universo.

É importante salientar que não se pode desconsiderar no processo de aprendizagem o direito das pessoas que fazem parte dos empreendimentos de rejeitarem ou mudarem um determinado modelo de acordo com o contexto peculiar em que está inserido. Na abordagem da aprendizagem nos empreendimentos solidários é que se percebem mais nitidamente os objetivos da pesquisa-ação colocados por Michel Thiollent:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2005, p.16)

Sob essa perspectiva, a aprendizagem se daria em uma via de duas mãos, com a elaboração do conhecimento sendo fruto da atuação das entidades de apoio e assessoria como sistematizadoras do conhecimento já desenvolvido nos grupos e do conhecimento acadêmico já existente sobre as práticas de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária aposta em outra construção para a geração de trabalho que não passa pela tomada de poder. O trabalho na cooperativa ou associação, paralelo a um sistema capitalista impõe vários obstáculos aos associados que geram a necessidade de uma incubação, estudo e aprofundamento teórico para entendimento das raízes reais dos problemas que nos dá possibilidade para fomentar o debate e estudo já que as atividades de formação facilmente brotam das dificuldades próprias do trabalho associativo numa sociedade capitalista.

A disseminação da economia solidária representa cada vez mais como uma possibilidade de sobrevivência das camadas da população excluídas do mercado formal de trabalho. Sob diferentes formas organizativas de manifestações, constroem sobre princípios gerais e fundamentais a prática da autogestão, caracterizando por tomadas de decisão mais democráticas, relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos e pela horizontalidade nas relações sociais em geral.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As incubadoras desempenham um papel muito importante na prestação das atividades de formação técnica, administrativa e política de forma integrada e continuada, aos trabalhadores que pretendam formar uma cooperativa popular autêntica e num trabalho conjunto, estes atores, buscam criar e motivar os valores cooperativistas da economia solidária. Porém, o trabalho das incubadoras por si só não traz a sustentabilidade e a emancipação dos empreendimentos de economia solidaria. Pois, existem problemas mais processuais que vão além dos processos de incubação e dependem de vários fatores como: as relações interpessoais, a gestão, o cumprimento das regras e normas previstas no ato de constituição deste EES, ou mesmo para aqueles grupos informais a faltas destas regras claras, etc.

As concepções teóricas metodológica daqueles que estão trabalhando, a partir de uma incubadora universitária, constitui no mínimo, ponto de partida relevante para a socialização dessas concepções, conferência e ajuste de conceitos no âmbito da coletividade. Nesse sentido, as atividades de formação, enquanto ferramenta de fortalecimento da educação no e para o trabalho, devem pautar-se em relações horizontais, potencializando o vínculo grupal e a projeção da imagem dos trabalhadores, para que os mesmos sejam vistos como sujeitos ativos, capazes de decidir coletivamente seus destinos, ainda que conscientes de suas possibilidades e limites.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Aída. **Kraychete**, Gabriel. Sustentabilidade dos Empreendimentos Populares – uma metodologia de formação. Catarse, Porto Alegre, 2010.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Incubação de cooperativas populares: metodologias dos indicadores de desempenho**. Palmas-To: NESol; UFT, 2007.

FREIRE, Patrícia. O papel da comunicação impressa e das novas tecnologias para a aprendizagem organizacional. Comunicação apresentada ao NP de Relações Públicas e Comunicação Organizacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares –



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

INTERCOM, no **XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, realizado em Campo Grande-MS, em 2001, (CD-ROM)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____ **Pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra 1970, 23ª Edição, 2005.

GALLO, Ana Rita; EID, Farid. **Metodologia de Incubação e Desafios para o Cooperativismo Popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar**. In: Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão, 2001. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/11776050/Metodologia-de-Incubacao-e-Desafios-Para-o-Cooperativismo-Popular-Uma-Analise-Sobre-o-Trabalho-Da-a-de-Cooperativas-Populares-Da-UFSCar>, acessado em: 18/03/2011.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes Capina, Salvador: CESE:UCSAL, 2000, 246.

_____ **Economia popular solidária: paisagens e miragens**. In Cadernos do CEAS, n 228, 2007.

MALASSISE, R. L. S. **Condições de vida e trabalho na economia solidária e na economia capitalista**. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Gravação/arquivos%20III%20Encontro/Pri-8.htm>, acessado em: 18/03/2011.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo, Annablume, 2009. 350p.

RIGO, Ariadne Scalfoni. **O desafio da autogestão**. In: Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: as Experiências de Palmas-TO. Palmas-TO: NESol; UFT, 2007.

RITTA, Eugenia M.S.; SANTOS, L. S. **A efetividade do papel desempenhado pelas assessorias no âmbito dos processos de aprendizagem: a perspectiva dos empreendimentos populares**. In: I Congresso nacional da Rede Universitária de ITCP's, 2006, Itamaracá – PE. Anais do I Congresso nacional da Rede Universitária de ITCP's, 2006.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Gleide; VASCONCELOS, Nilton. **Desafios e sobrevivência das cooperativas populares: Estudo de caso de quatro empreendimentos em Salvador**. In: Revista ETC, n.2 Salvador: CEFET, 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 1. 2008. p.p 69-94.

PINHEIRO. Lessí Inês Farias, **Políticas Públicas de Apoio à Economia Solidária como Alternativa para o Desenvolvimento Local no Brasil.** Revista OIDLES - Vol. 4, Nº 8. 2010. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/08/lifp.htm>. Acessado em: 31/05/2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.